

saskab

<http://www.idealz-institute.com/>
Cuaderno 20

O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CULTURA CAFEIEIRA EM VASSOURAS NO SÉCULO XIX.

Dr. Adelci Silva dos Santos
Núcleas - UERJ

Resumo

O século XIX foi marcado pela ascensão da economia cafeeira no Brasil, que serviu para financiar o fortalecimento do poder imperial bem como o estabelecimento de um novo modelo de elite senhorial. Este artigo é um breve relato do surgimento e desenvolvimento da economia cafeeira escravista em um dos mais importantes – senão o mais importante – município produtores do período, e como o novo produto vai rapidamente produzindo outros de significativa importância econômica.

Palavras chave: café, economia, produção, escravidão, desmatamento

Abstrat

The 19th century was marked by the rise of the coffee economy in Brazil, which served to finance the strengthening of imperial power as well as the establishment of a new model of the manorial elite. This article is a brief account of the emergence and development of the slave-owning coffee economy in one of the most important – if not the most important – producing municipalities of the period, and how the new product quickly produced others of significant economic importance.

Keywords: Coffee, economy, production, slavery, deforestation.

Embora Vassouras – hoje um pequeno e acanhado município do interior do Rio de Janeiro - tenha se tornado mundialmente conhecida pela sua produção cafeeira, que abastecia regularmente o longínquo e exigente mercado europeu e norte-americano, seu início como região de atividade agrícola dá-se de maneira bem mais modesta, sem a ambição de que seus produtos venham a atravessar oceanos e conquistar outros paladares; sem que a exuberante floresta nativa venha a ser destruída para o surgimento de extensas plantações uniformes e monótonas.

Seu horizonte terminava nas mesas das famílias nobres da Corte e, em suas terras, grassavam culturas muito mais destinadas à alimentação; literalmente, seus produtos destinavam-se

ao consumo regular, muito mais do que a um hábito ainda não suficientemente difundido. É, aliás, o crescimento deste hábito, – tomar pequenas porções de café após as refeições – que vai exigir de Vassouras e cidades vizinhas um novo posicionamento no que se refere à sua produção. Assim, as roças de marmelo e anil, bem como a criação de porcos para fabricação de embutidos vão dar lugar a paralelas e contínuas fileiras de cafeeiros, que, cada vez mais, vêm reclamar à floresta, solos férteis para expandir suas raízes¹. Não é correto, porém, afirmar que o Vale do Paraíba, como região de fundamental importância na economia nacional, já tenha nascido com as características que, segundo a visão historiográfica tradicional, o marcariam a partir da segunda metade do século XIX.

A única fazenda que vemos ser citada, com grande frequência, nas referências mais antigas à região, é a fazenda Pau Grande, que, embora possua grandes proporções já no século XVIII, só irá dedicar-se à monocultura nos anos finais da primeira metade do século seguinte. Em 1828, ela ainda aparece com uma significativa diversificação de sua produção, constando de arvoredos, plantações e pomares, além de porcos e carneiros.² Inicialmente, então, ocupa suas terras com variados produtos de consumo local, ou está voltada para uma economia de estrada, ou seja, abastecimento de tropeiros e viajantes.

A importância maior desse estabelecimento, está no fato de ter sido, senão o primeiro, um dos primeiros núcleos de povoamento da região. Aí vão trabalhar, como agregados, elementos oriundos das Minas Gerais, onde se haviam dedicado à atividade mineradora, e que, posteriormente, tornar-se-ão cafeicultores importantes, fundadores da elite patriarcal da região, principalmente de Vassouras.³

Para acompanharmos a trajetória da economia agrária no Vale do Paraíba, tomemos por base a década de 1820 para o início, ainda que acanhado, da cafeicultura como atividade econômica em Vassouras; nesse período, o café ainda não é o que Anderson Pires intitula como “produto rei”⁴ mas, ao contrário, ainda dividia as atenções dos agricultores com outros produtos de fundamental importância para a economia regional da época, já que, no plano nacional, a economia girava em torno de dois produtos principais: o açúcar e a mandioca. Assim, encontramos na região nessa primeira década, propriedades que, talvez, não confiantes na nova cultura ou dependentes ainda da antiga para efetuar a transição, trabalham em suas terras vários produtos, com significativo destaque na economia do agricultor local. O vizinho município de Pirai, parece ter sido bem mais precoce nas experiências de transição econômica, uma vez que, 1811, já havia registros de alguns milhares de cafezais

¹ RIBEIROLES, C. *Brasil Pitoresco*. São Paulo: Martins. 1941. p. 188.

² CDH - ACV. 1º Of. Inventário de Antônia Maria da Conceição e João Gomes Ribeiro de Avelar. Cx. 76 - 1828.

³ Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 16. RJ: MEC. 1967. P. 40, 41

⁴ PIRES, Anderson. José. *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF. 1993.

considerados velhos, ou seja, com quinze anos de idade ou mais⁵.

Dentre os animais destinados ao consumo, os únicos que aparecem regularmente são os porcos. Todos os demais que figuram nas listas de avaliações e partilhas são destinados ao trabalho, como, por exemplo, bois de carro, cavalos, mulas de sela, de carroça e bestas de carga. Pelo menos nessa primeira década são nulas as referências a criação de aves e poucas são as menções a ovinos.

Os produtos mais comumente consumidos na alimentação da época, como feijão, milho, farinha e carne (porcos), eram produzidos no interior de quase todas as propriedades e, aquelas que faziam parte da economia em substituição, como o marmelo, tem pouca ocorrência; também a ocorrência da mamona, embora tenha aparecido em alguns inventários, não é significativa a ponto de se constituir um elemento de importância na economia local. Já o anil, tão exaltado por cronistas contemporâneos ao florescimento da cultura do café⁶, nem ao menos é citado. Convém lembrar que Vassouras é, até então, quase que apenas uma região de passagem e pouso de tropeiros, que precisavam ser abastecidos com produtos de primeira necessidade, como o milho, tanto para consumo humano como animal, feijão, farinha, aguardente – o que justifica a presença de pequenos canaviais em quase todas as propriedades – e toucinho defumado, que era conseguido com a produção local.

Em fins do século XVIII e primeiros anos do século seguinte, ou a sede de se lançar ao mercado exportador agrícola ainda não brotou, devido a acomodação a essa economia de subsistência, ou também, ainda não havia se instalado na região membros oriundos da elite mineira remanescente da época do ouro, vindos das Minas Gerais e agora em busca de nova atividade econômica.

É justamente o último ano da década de 1820 que apresenta um maior número de cafeeiros e um decréscimo na produção de feijão e milho, enquanto quatro outros produtos (arroz, marmelo mamona e porcos) já não aparece em nenhuma relação de gêneros produzidos. Tal fato demonstra, explicitamente, um crescimento na lavoura cafeeira já que a quantidade de propriedades não aumenta, mas permanece na média do período. Embora a maior fazenda da década de 1820 possua quase cinquenta mil cafeeiros,⁷ a atividade relativa a essa cultura parece ser ainda recente, pois suas benfeitorias revelam construções destinadas a uma outra atividade ainda bastante importante na economia nacional: a produção e exportação de açúcar.

O que nos leva a pensar que a atividade açucareira já estava passando definitivamente por um processo de substituição por outra nesta fazenda, não era apenas a quantidade de cafeeiros aí encontrados, mas, principalmente, o estado em que se encontrava seu engenho ou, como preferiram os avaliadores, “fábrica de fazer açúcar bastante arruinada”, – O mesmo acontecia na fazenda Monte Alegre do Cavarú, com cinquenta escravos, onde as instalações para a fabricação do açúcar também

⁵ ARQUIVO MUNICIPAL DE PIRAÍ. Testamentos, 1811.

⁶ RIBEIROLES, C. *op cit.* p. 188.

⁷ CDH - ACV. 1º Of. Inventário de Felipe Ferreira Goulart e Caetana Rosa de Leme. 76 - 1829. O documento não cita o nome da fazenda, mas possuíam 103 escravos e 47.500 cafeeiros.

SASKAB. Revista de discusiones filosóficas desde acá, *cuaderno 20 2023*, ISSN 2227-5304
<http://www.idealz-institute.com/sp/CUADERNO20/C205.pdf>

se encontram arruinadas⁸ – e também havia pouca quantidade de cana aí plantada. Há ainda uma “casa de farinha com engenho de ralar mandioca”⁹. Convém lembrar a grande importância, o peso que exercia a mandioca na vida política e econômica do Brasil nesse momento, tanto que a Constituição Outorgada de 1824, carrega em como apelido a expressão “A Constituição da Mandioca”.

É a primeira vez que, em um ano (1829) se ultrapassam os sessenta mil cafeeiros. A partir de então esse número apenas crescerá, e em tal ritmo que a civilização que acompanha seu crescimento há de causar pasmo aos viajantes da época.¹⁰

“O imenso desenvolvimento desse ramo de produção e a rapidez de sua expansão, sobretudo num país onde os braços rareiam, acham-se entre os fenômenos mais notáveis de nosso século.”¹¹

No pequeno povoado de pequenas e poucas casas, novas residências são edificadas, ruas são abertas, praças, fontes, chafarizes e pontes são construídas. A olhos vistos vai se erigindo uma nova cidade, que há de acomodar a elite que irá se formar com os rendimentos auferidos na nova atividade econômica.

Estes melhoramentos que se vão fazendo rapidamente, são contínuos e, cada vez mais, vão refletir diretamente a capacidade de retorno financeiro da economia cafeeira. Nos anos vindouros, a urbanização e a arquitetura de Vassouras e demais cidades do Vale do Paraíba, vão ganhar ares europeus, importados pela nata da sociedade escravocrata para satisfazer seus deleites e externar seu poderio financeiro.

Década após década, a região vai-se tornando mais importante na economia do Império brasileiro. Cidades vão-se erigindo onde antes, rente aos rendados da floresta, pousos e ranchos eram as edificações comuns. Fazendas vão pontilhando as várzeas e sobre as colinas desnudas pelo braço negro e a força do machado, os cafeeiros verdejantes vão ocupando espaço. Esperança de luxo, fausto e prestígio.

Tal evolução na cultura da planta estrangeira evidencia-se explicitamente nos anos imediatamente seguintes; se na década de 1820 não chegavam a quatrocentos mil, saltam na década imediatamente posterior, para mais de um milhão de pés. É claro que o número de propriedades aumenta, mas não tanto quanto o número de plantas. Se as unidades produtoras apresentam um crescimento de 50%, o número de plantas apresenta um crescimento de 230%, portanto, é claro que as propriedades vêm demonstrando um interesse cada vez maior pela cultura do café; e à medida em

⁸ CDH - ACV. 1º Of. Inventário de Bárbara Maria da Conceição. Cx. 76. 1828.

⁹ Ibidem. Auto de avaliação.

¹⁰ Ibidem. p. 189.

¹¹ AGASSIZ, L. e AGASSIZ Cary. *Viajem ao Brasil: 1865 - 1866*. MG. Itatiaia/USP. 1975. P. 600

que vão atendendo esse interesse, vão sacrificando mais e mais hectares de mata virgem para deitar semente na terra nas cinzas da floresta calcinada. A fronteira agrícola rapidamente se expande, na mesma velocidade em que se extingue, porquanto não se renova nem se recupera.

O mesmo período apresenta também, um crescimento de outros gêneros, como porcos, arroz e, principalmente, milho. Como a produção do café cresceu vertiginosamente, haveria a necessidade lógica de que a produção de alimentos o tivesse acompanhado na mesma proporção – embora não tenha ocorrido isso na região – uma vez que, no bojo do café vem também um aumento no número de escravos e animais de tropa e de carro, que precisam ser alimentados principalmente com milho.¹²

Essas duas décadas, vistas como um período de fundamental importância na implantação e desenvolvimento da economia cafeeira, demonstram a determinação de certos lavradores em dedicar-se predominantemente à economia de exportação. As décadas seguintes (1840 – 1850), formam o período de solidificação e expansão dessa cultura, quando a existência de grandes propriedades é um modelo amplamente difundido pela historiografia tradicional, enquanto os períodos posteriores (1860 – 1870) já demonstram, respectivamente, o auge e o declínio da economia cafeeira já atingindo as características de *plantation*, sacrificando solo, matas e vidas para completar seu ciclo. Desde a década de 1850, os registros de cultivo de produtos de menor importância no mercado econômico, como mamona e marmelo, caem drasticamente tornando-se insignificante em comparação a outros como o milho e o feijão, até desaparecer por completo em um lapso muito pequeno de tempo.

Novamente, evidencia-se o enorme crescimento experimentado pela produção cafeeira no Vale do Paraíba na década de 1840, pois enquanto na década anterior o número de plantas em pouco ultrapassava a quantidade de um milhão de pés, nesta ela supera os quatro milhões e meio de cafeeiros, caracterizando um crescimento próximo de 430%, enquanto o número de propriedades apresenta um crescimento de aproximadamente 84% apenas. Como nas décadas anteriores, nota-se o aumento do interesse dos proprietários em aumentar suas lavouras de café, quase que em progressão geométrica, bem como os braços destinados a mão-de-obra necessária a essa empreitada, o que fazia alimentar o tráfico transatlântico de escravos a despeito da lei proibitiva de 1831, que se tornou inócua, e das pressões internacionais pelo fim do tráfico de almas.

Os demais produtos destinados à alimentação também apresentam um crescimento que, no entanto, está bem distante do experimentado pela cultura principal, se aproximando porém do percentual de propriedades. Este fator, por si só, já seria suficiente para justificar o encarecimento

¹² SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão.: três gerações de fazendeiros e a crise na estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 166 e 167

destes alimentos básicos, mas, como este decréscimo da produção de subsistência é cada vez mais grave, as décadas posteriores sofrerão ainda mais com o inflacionamento do produto e mesmo com sua escassez.

Os gêneros alimentícios mais produzidos continuam sendo milho, feijão e mandioca. Estes, juntamente com a criação de porcos, eram os produtos que mais atraíam a atenção dos proprietários da região, depois do café, por se constituírem num instrumento de vital importância para o perfeito funcionamento das fazendas, além de representarem uma das principais despesas no custo de manutenção da propriedade e sua escravaria.

A produção de cana e arroz, embora continue ocorrendo com certa frequência, diminui em escala progressiva, chegando mesmo a faltar registros durante sucessivos anos.

Embora as tabelas já citadas explicitem a dificuldade encontrada na padronização de medidas, elas nos são suficientemente esclarecedoras da progressão da economia agrária no Vale do Paraíba Fluminense.

Já a década de 1850, nos mostra que o número de fazendas observa um crescimento em torno de 40%, e o número de cafeeiros cresce aproximadamente 25%, ultrapassando a casa dos cinco milhões de plantas. Esse período, tido como um dos de maior importância na história econômica da região, e que tem como característica a conclusão do estabelecimento de grandes fazendas, é justamente o que apresenta o maior decréscimo, até o momento, na produção de gêneros de primeira necessidade, principalmente milho e feijão, gêneros basilares da alimentação da escravaria e dos animais de trabalho.

Neste período a economia cafeeira já está plenamente solidificada, fazendo do Vale do Paraíba seu principal polo produtor e um dos maiores – senão o maior – núcleo de utilização de mão-de-obra compulsória do Império brasileiro e onde já se mostram evidentes as carências das fazendas quanto aos produtos destinados à alimentação em massa.

A partir daí não apenas o milho e o feijão apresentam um crescimento inferior às décadas anteriores; mas um outro elemento, de tanta importância quanto estes dois na dieta das grandes fazendas, também apresenta um declínio significativo: a criação de suínos apresenta uma redução de aproximadamente 60%. Ora, sendo os porcos os maiores fornecedores de carne da época, tal redução implica uma preocupação a mais para os fazendeiros, pois a ausência do produto forçará uma elevação de seu preço e, também, como consequência direta, uma significativa redução desse ingrediente na alimentação escrava, sendo um dos principais componentes da dieta básica fornecida à massa cativa;¹³ uma vez que os demais animais como ovinos e bovinos destinam-se a outras finalidades como a

¹³ CDH - ACV. 1º Of. Inventário de Ignácio do Nascimento Costa. Cx. 150 - 1877
CDH - ACV. 1º Of. Inventário de Antônio Sebastião D'Almeida. Cx. 119 - 1865

produção de lã, no caso dos ovinos, e força de trabalho, no caso dos bovinos; e a utilização de outros produtos de menor expressão econômica sofre um declínio ainda maior, como o arroz e principalmente a cana, que na década anterior ainda contava com, pelo menos, sete roças, passado a apenas uma, provavelmente para a fabricação de aguardente.

O período englobado pela década de 1860 é a fase em que a cafeicultura do Vale do Paraíba atinge seu auge, saltando vertiginosamente de pouco mais de cinco milhões de plantas para mais de dez milhões de pés de café. Poucos foram os anos em que se registrou a existência de menos de quinhentos mil cafeeiros; na maioria das vezes o número de plantas estava bem além dessa quantidade, não sendo raros os anos nos quais se verifica a existência de mais de um milhão e meio de pés de café.

Essa década é aquela em que a região, e principalmente a cidade de Vassouras, é marcada pela concentração fundiária e pelo agravamento da dependência de produtos agrícolas para alimentação, em vista da necessidade de disponibilizar terras para a continuidade e até ampliação da atividade cafeeira.

Uma característica marcante observada nesta década é a retomada da produção de alimentos, fato este que pode ter duas explicações. A primeira baseia-se no fato de que a ausência destes produtos nas fazendas, trazendo à tona a fragilidade das propriedades monocultoras, forçou seus proprietários a praticar mais intensamente o cultivo de alimentos nos estágios iniciais de vida dos cafeeiros ou nas terras já utilizadas e desprezadas para o café; outros optaram pela permissão aos escravos de cultivarem suas próprias roças. Outra explicação, e mais frequentemente encontrada nos documentos pesquisados, é que um número cada vez maior de pequenos proprietários dedica-se à produção de alimentos, seja porque não conseguiram concorrer com os grandes proprietários como cafeicultores de exportação, seja porque perceberam ser este um mercado promissor, cuja atividade poderia torná-los participantes – ainda que indiretamente – da economia cafeeira sem, no entanto, precisarem comprometer seu patrimônio nos investimentos que a cafeicultura exigia. Sem mencionar ainda, que o retorno dos investimentos feitos na produção de alimentos se processava muito mais rapidamente, porquanto trata-se de culturas de rápida reprodução e comercialização local imediata, enquanto o cafeeiro demanda um tempo de aproximadamente três a quatro anos até que se tenha a primeira colheita.

O mesmo fato se observa com a criação de porcos, que experimenta um crescimento de aproximadamente 200%, maior até que o crescimento da própria cultura do café, que fica em torno de 100%.

A década de 1860, portanto, além de ser o marco do incremento definitivo da cafeicultura na região, serviu também de alerta quanto aos perigos da monocultura e da fragilidade das fazendas

SASKAB. Revista de discusiones filosóficas desde acá, *cuaderno 20 2023*, ISSN 2227-5304
<http://www.ideaz-institute.com/sp/CUADERNO20/C205.pdf>
que operavam sob tão predatório sistema.

A década de 1870 é reveladora da franca crise que se lança sobre a economia da região, frágil como toda monocultura.

Tanto o número de propriedades, como o de escravos, cafeeiros e produção de milho apresentam um significativo declínio, embora o feijão esboce alguma reação. Nota-se, também, que durante os seis últimos anos do período não se acusa produção de arroz, gênero que ao longo de todas as décadas anteriores nunca conseguiu manter uma produtividade estável. Porém o que nos chama mesmo a atenção é a drástica redução dos cafeeiros, que de quase dez milhões e meio de pés passa para pouco mais de sete milhões.

É claro que vários fatores naturais contribuem para que isso ocorra, como a incidência de pragas, sobretudo a formiga saúva, a morte dos cafeeiros mais velhos e as modificações climáticas; se bem que mesmo esta última é reflexo direto da agressividade da monocultura cafeeira, que sob o mando do machado põe por terra a exuberante floresta tropical, interferindo diretamente no regime das chuvas e no assoreamento de nascentes, fontes e córregos.

“Há 8 dias que não chove (...). Os elementos estão indispostos conosco, tudo se conjura contra o laborioso lavrador (...) O sol, faz hoje 11 dias, que é descoberto desde a manhã até a noite com um calor abrasador. Tudo vai torrando (...)”¹⁴

E mesmo a esse dissabor, somam-se vários outros, frutos da imprudência dos fazendeiros no que se refere à utilização do solo de sua propriedade, problemas como a extinção das fronteiras agrícolas, a exemplo do que ocorreu, anos depois, na Zona da Mata Mineira¹⁵; e também o esgotamento do solo causado tanto pelos métodos agrícolas empregados, como pela falta de adubação e constante lixiviação facilitada pelo relevo típico daquela região.

A redução do número de propriedades se justifica pela significativa quantidade de hipotecas executadas pelo Banco do Brasil, passando aquelas a fazer parte do patrimônio deste. Já os escravos podem ter dois destinos diferentes, um é o mesmo das propriedades rurais, pois era comum hipotecar-se também a escravaria junto com os demais bens da fazenda; o outro é a sua transferência para outras áreas de expansão da economia cafeeira, como o Vale do Paraíba e Oeste Paulista. A venda destes escravos, cuja supervalorização é contínua, representa para seus proprietários, principalmente aqueles que já percebem a impossibilidade de retirarem da terra exaurida os rendimentos que até então haviam lhe garantido o status social e econômico, a única solução viável para reerguerem-se

¹⁴ SILVA E. *Op cit.* p 166

¹⁵ PIRES, Anderson. *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora. 1870/ 1920*. Niterói. UFF. Dissertação de Mestrado. 1993. p 143

A produção agrícola em Vassouras experimenta à partir da década de 1870, sem dúvida nenhuma, seu pior momento. Tanto a produção cafeeira como de gêneros alimentícios apresenta um irreversível declínio, chegando até mesmo a faltar dados no ano de 1887, fato nunca ocorrido antes.

A produção de alimentos é quase inexistente, mesmo de gêneros importantes como milho, feijão e mandioca; quando ocorre, limita-se às poucas grandes propriedades – como é o caso do milho registrado neste período –, ocorrendo portanto, o oposto do que até aqui se verificava, ou seja grandes propriedades preocupando-se em produzir alimentos, enquanto as de menor tamanho persistem na produção de café.

Por outro lado, a presença de animais é constante ao longo de todo o período, predominando os bovinos em detrimento dos animais de carga, sinal evidente da gradativa substituição da agricultura que demandava grandes tropas de mulas, pela pecuária, atividade que vai se desenvolver na região e perdurar por longas décadas do século seguinte, ocupando as áreas desmatadas, onde o capim agora substitui os cafeeiros. É bem verdade que a chegada da estrada de ferro, nos anos finais da década de 1870 pode ter impactado no número de animais de transporte, tornando-os desnecessários e portanto descartáveis.

Parece claro que a diminuição do número de escravos e animais a serem alimentados, implica numa menor necessidade de produção de alimentos. No entanto, o declínio da produção de alimentos, é de tal grandeza que supera a diminuição da escravaria; a alimentação destes cativos, neste período de decadência agrícola generalizada, provavelmente será obtida fora da região, aumentando ainda mais as dívidas destes proprietários.

A trajetória econômica cafeeira na área do Vale do Paraíba do Rio de Janeiro no século XIX, teve seu início, ainda tímido, nas duas primeiras décadas do oitocentos, atingindo rapidamente o apogeu a partir de meados do mesmo século, apogeu esse, que, por sinal, tem um exíguo tempo de duração e se apresenta-se agora, na década de 1880, em seus espasmos finais, sem que nenhum tipo de esperança lhe acene no horizonte.

O sucumbimento da agricultura de exportação na região não pode ser atribuído a um único fator, mas a vários, porém a maioria deles de fácil solução se os lavradores não tivessem se revelado tão obtusos quanto às inovações necessárias ao sucesso desse empreendimento. Embora seja verdade que, em alguns casos, o uso de alguns avanços tecnológicos, como o arado por exemplo, fosse inviável, devido às características peculiares do solo, extremamente cheio de raízes e tocos de árvores anteriormente derrubadas a golpes de machado¹⁶. Mas o progresso agrícola não se limitava apenas ao

¹⁶ FRAGOSO, J. Luis Ribeiro. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850 – 1920) – um estudo das relações não capitalistas de produção*. Rio de Janeiro. UFRJ. (dissertação de mestrado) . 1983. P. 19, 21.

arado. Seu apego excessivo e inflexível às técnicas retrógradas e ultrapassadas de cultivo é a assinatura que faltava na sentença de morte pronunciada contra a monocultura sob sistema escravista nas terras fluminenses.

Essa atitude nos faz discordar das opiniões de alguns viajantes e cronistas, contemporâneos ao florescimento da cultura cafeeira, quanto à inteligência dos lavradores brasileiros.

“Verdadeira civilização do café foi criada na Serra do Mar, pelos grandes senhores, cafeicultores em sua maioria, atestando o extraordinário sentido de pioneirismo, da **grande agudeza mental**, capaz de ascender do nada às culminâncias sociais, provando a grandeza que atingiu a civilização brasileira, construída pelo braço do negro, **sob a inteligente direção do branco**.”^{17*}

Não vamos discorrer aqui sobre o preconceito incutido nesta citação, que destitui o elemento negro de inteligência e o coloca obrigatoriamente sob a tutela do branco, tido supostamente como superior; mesmo porque esta é a ideologia dominante na época. O que nos parece é que a “inteligente direção do branco” assim como sua “agudeza mental” não foram suficientemente sábias para perceberem as necessidades exigidas pelos cafeeiros e muito menos pela terra na qual essas plantas fincavam suas raízes, e assim se limitaram a expandir suas lavouras com o continuado sacrifício das matas, terras e escravos. Sua grande perspicácia não foi capaz de abrir-lhe os olhos para as inovações tecnológicas e novas formas de trabalho que, com certeza teriam garantido a perpetuação da economia de exportação, mesmo que essa tivesse que dividir o mercado consumidor com a província paulista.

Portanto, a mesma direção inteligente que faz brotar do sertão de índios bravos¹⁸ a civilização do café, exemplo da grandeza do Brasil, foi a mesma que a condenou à morte.

Não nos parece demonstração de inteligência permitir que a maior fonte de renda do Império brasileiro chegue ao fim na região, simplesmente por não se aplicarem os meios necessários de utilização e conservação da capacidade produtiva do solo: “Até hoje os lavradores derrubam matas para plantar cafezais e sapecam todas as suas capoeiras, todas as suas terras.”¹⁹

Essa má utilização da terra é constante, desde o início da economia cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense até seus últimos momentos, permanecendo inalterada e empobrecendo ao extremo as terras desmatadas; a tal ponto que Richard Burton observa que a grande quantidade de

¹⁷ BARROSO, G. In COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. Ensaio Sócio-econômico de Áreas Valeparaibanas. Rio de Janeiro. Asa Artes Gráficas. 1984. P.

* Grifo nosso

¹⁸ O Vale do Paraíba Fluminense era habitado por índios Purís que, após vários combates, foram aldeados nas áreas de (Aldeia de) Valença, Conservatória (dos Índios) e (Aldeia de) Arcozelo, até serem literalmente dizimados para o confisco de suas terras.

¹⁹ FRAGOSO, J. Luis Ribeiro. *Op cit* . p 98. Citando F. Belizário.

húmus arrancado das encostas, pelas chuvas tropicais, e arrastados para os córregos e rios locais, transformavam estes em verdadeiros “escoadouros de adubo líquido”, a escorrer pelas encostas.²⁰

Salvo raras exceções, mor parte das vezes as inovações tecnológicas limitavam-se ao beneficiamento da produção e não se aplicavam ao processo produtivo. Poucos são os grandes senhores que reverterem parte de seus lucros na maquinaria. Entre os poucos que assim procedem podemos destacar o Barão de Campo Belo, senhor de várias fazendas de café, entre elas a magnífica Fazenda do Secretário, onde todo o processo de beneficiamento da produção agrícola, mas, principalmente do café é mecanizado, sobressaindo-se as máquinas americanas, inglesas e francesas²¹

Os resultados de tamanha “agudeza mental” são, ainda hoje, visíveis nas grandes voçorocas²² que se abrem nas encostas ressequidas dos morros de Vassouras e nas vastas extensões de montanhas nuas, onde a típica vegetação latifoliada tropical deu lugar a um ralo capinzal, desprovido de qualquer pujança.

“(…) uma economia rural fundada, como a nossa, no trabalho escravo, na monocultura, na grande propriedade sempre se distinguiram, em verdade pelo muito que pediam à terra e pouco que lhe davam em retribuição.”²³

Este é o cenário que já pode ser vislumbrado na década de 1880 e agrava-se ainda mais nos anos posteriores, herança da tão “inteligente” direção do branco e com a qual as gerações posteriores terão que lidar e da qual, ainda hoje, não conseguiram se recuperar, sem que no horizonte próximo se lhes apresenta qualquer alternativa viável que corresponda a este passado de pujança econômica.

²⁰ Ibidem. p 113

²¹ CDH. ACV. 1º Of. Inventário da Baronesa de Campo Belo. Cx. 141 – 1873. O documento traz uma rica e variada relação de máquinas e equipamentos que seria por demais extenso relacionar aqui.

²² Grandes crateras, abertas pelas águas das chuvas, nas encostas das montanhas que sofreram desmatamento.

²³ HOLANDA, S. Buarque *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras. 1997. p 51

Referências Bibliográficas

- AGASSIZ, L. e AGASSIZ Cary. *Viajem ao Brasil: 1865 - 1866*. MG. Itatiaia/USP. 1975.
- BARROSO, G. In COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. *Ensaio Sócio-econômico de Áreas Valeparaibanas*. Rio de Janeiro. Asa Artes Gráficas. 1984.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São da Paulo: Companhia das Letras. 2004.
- FRAGOSO, J. Luis Ribeiro. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850 – 1920) – um estudo das relações não capitalistas de produção*. Rio de Janeiro. UFRJ. (dissertação de mestrado) . 1983.
- HOLANDA, S. Buarque *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras. 1997
- PÁDUA, José Augusto: *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.
- PIRES, Anderson. José. *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF. 1993.
- PRIORE, Mary Del e VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro. 2006.
- RIBEIROLES, C *Brasil Pitoresco*. São Paulo: Martins. 1941. p. 188.
- CDH - ACV. 1º Of. Inventário de Antônia Maria da Conceição e João Gomes Ribeiro de Avelar. Cx. 76 - 1828. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 16. RJ: MEC. 1967. P. 40, 41
- SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão.: três gerações de fazendeiros e a crise na estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984

Fontes Primárias

- ARQUIVO MUNICIPAL DE PIRAÍ. Testamentos, 1811.
- Centro de Documentação Histórica – Arquivo Cartorário de Vassouras. 1º Of. Inventário de Felipe Ferreira Goulart e Caetana Rosa de Leme. 76 - 1829. O documento não cita o nome da fazenda, mas possuíam 103 escravos e 47.500 cafeeiros.
- Centro de Documentação Histórica – Arquivo Cartorário de Vassouras. 1º Of. Inventário de Bárbara Maria da Conceição. Cx. 76. 1828.
- Centro de Documentação Histórica – Arquivo Cartorário de Vassouras. 1º Of. Inventário de Ignácio do Nascimento Costa. Cx. 150 - 1877
- Centro de Documentação Histórica – Arquivo Cartorário de Vassouras. 1º Of. Inventário de Antônio Sebastião D’Almeida. Cx. 119 – 1865
- Centro de Documentação Histórica – Arquivo Cartorário de Vassouras. 1º Of. Inventário da Baronesa de Campo Belo. Cx. 141 – 1873.